

## ***Olhos azuis, ou as leis 10.639/03 e 11.645/08 na prática***

**IVAN FORTUNATO\***

### **Resumo**

Este texto é praticamente um relato de experiência, porque é fruto do trabalho direto em sala de aula com estudantes do ensino superior, acadêmicos do curso de pedagogia. Contudo, seu propósito é maior do que apenas compartilhar uma atividade de sucesso, que pode ser replicada em outras salas de aula, porque trata de um tema de suma importância para nossa sociedade, que é o preconceito e suas derivações (racismo, machismo, xenofobia etc.). São dois os principais motivadores deste ensaio: a legislação nacional específica sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira, e o documentário norte-americano chamado *Olhos Azuis*. Ao final, espera-se contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas e condutas cotidianas em prol da igualdade humana.

**Palavras-chave:** discriminação; documentário; cidadania; educação; prática pedagógica.

### ***Blue eyes, or the practice of the brazilian laws 10.639/03 and 11.645/08***

**Abstract:** This text is close to an experience report, because it originated from the classroom work with higher education students, from the pedagogy course. However, its purpose is bigger than just sharing a successful activity, to be replicated in other classrooms, because it deals with a subject of paramount importance to our society, which is prejudice and its derivations (racism, sexism, xenophobia etc.). There are two main drivers for this essay: the specific national legislation on the teaching of African-Brazilian history and culture and the American documentary called Blue Eyes. At the end, we hope to contribute to the development of educational practices and daily behavior in favor of human equality.

**Key-words:** discrimination; documentary; citizenship; education; pedagogical practice.



\* **IVAN FORTUNATO** é doutorando em geografia pelo IGCE-UNESP e doutorando em Comunicação pela Unip. Email: [ivanfrt@yahoo.com.br](mailto:ivanfrt@yahoo.com.br)

---



Imagem inicial do website de Jane Elliott. Disponível em <<http://www.janeelliott.com/>>, 10 set. 2013.

“Desta forma, vamos confirmar o que há muito aprendemos, ou seja, que ensinar e aprender implicam convivência”.  
(Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, 2007, p. 501).

O título dado a este ensaio é, propositadamente, enigmático. Contudo, desejo que seus leitores, quando agentes educacionais, saibam que se trata da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e sua inclusão no cotidiano escolar. Porque, assim como o número 9394/96 deve ser reconhecido por todos os educadores como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a lei 10639, promulgada há uma década pelo então presidente Lula, por ele alterada, em 2008, pela lei 11645, já deveria fazer parte da rotina das escolas em todo território nacional. Menos pela obrigatoriedade instituída por lei e mais pelo compromisso ético que todo educador deveria adotar ao escolher a docência como carreira.

Explico. Este texto nasce da minha experiência como professor universitário e a obrigação assumida de compartilhar conhecimentos a respeito destas Leis, que alteram o artigo 26A da LDB, e tornam “obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira”, em todas as instituições escolares de ensino fundamental e médio. Pedagogo de formação, atuo

como professor no ensino superior há mais de quatro anos, dedicando tempo e estudo às mais variadas disciplinas do currículo exigido para formação docente. Recentemente, no início de 2013, foi-me atribuído um novo desafio: ministrar, às alunas e aos alunos matriculados no segundo e terceiro semestres do curso, uma disciplina cunhada especificamente para tratar dos assuntos que gravitam ao redor das referidas Leis sancionadas pelo presidente Lula.

Assim, ao longo do semestre letivo, discuti com futuras/os pedagogas/os conceitos construídos historicamente no seio de uma cultura criada por homens, europeus, adultos, caucasianos, burgueses... Algo que é evidenciado por Petronilha Silva (2007, p. 491) quando, depois de buscar diversas referências sobre a imposição cultural da *raça branca* sobre as *raças bárbaras*, afirma que se estabeleceu “a branquitude como norma inquestionável, da mesma maneira que em outras sociedades que tentam se universalizar como brancas e, portanto, herdeiras do mundo ocidental europeu”... Trata-se de uma cultura que acabou por segregar os seres humanos,

gerando minorias que, por sua vez, teriam acesso limitado aos próprios direitos da sociedade, tais como trabalho, moradia, alimentação, saúde, educação etc. Esse limite imposto, criado na e pela própria sociedade, traria prejuízos ainda maiores, na forma de restrição à própria vida, seja pela escravidão e/ou pela barbárie do holocausto. Além, claro, daqueles percalços vividos cotidianamente por pessoas subjugadas pela cor de sua pele, orientação sexual, escolha religiosa, e assim por diante...

... A possibilidade fundante para o reconhecimento do étnico como um dos elementos constitutivos da dinâmica social é a percepção da multiplicidade de culturas que, estando em constante processo relacional ou instalando-se mais fortemente numa cultura específica, tem, na sua dimensão cultural, o eixo desencadeador de confrontos e interações que se refletem no respectivo processo educacional. A identidade étnico-cultural não é uma identidade muda, ela é fonte de sentido e de construção do real, **mesmo se marginalizada** (Kreutz, 1999, p. 80, grifo meu).

Nesse sentido, ao longo das aulas e com ajuda do trabalho organizado por Abramowicz e Silverio (2004), os debates gravitavam ao redor de palavras como racismo, preconceito, xenofobia, estereótipo, discriminação... Em nossas aulas, ainda com o apoio de Abramowicz e Silvério, cobrimos os históricos de lutas pelos direitos da população negra, das mulheres, dos homossexuais... Tentativas assertivas para *retirar da margem* identidades produtoras de sentidos, que carecem e merecem pertencer à sociedade.

Também trouxemos, ao longo de nossas aulas dialogadas, exemplos de valorização de seus aspectos culturais, mas, principalmente exemplos vividos, como testemunhas ou vítimas, em situações cotidianas. Claro que, em alguns momentos, durante as rodas de conversa, identificávamos que, aqui e ali, nós também tínhamos condutas que coadunavam com tais aspectos *negativos*, mesmo que de maneira culposa, principalmente sob a forma de omissão. Importante: omitir-se não no sentido “estou vendo, porém, como não me diz respeito, nada faço”; mas, no sentido de que nem havia se dado conta de que algo ruim estava deliberadamente acontecendo a outrem, por nenhum outro motivo senão a perversa prática do racismo e seus desdobramentos na forma de discriminação, preconceito etc...

Nessa direção, ao reconhecer algumas práticas desenvolvidas no cotidiano, seja na escola, no trabalho, nos locais de compras ou lazer etc., a disciplina já demonstrava seus aspectos positivos. Mais, porque o reconhecimento de tais condutas *negativas* praticadas no dia-dia ratificava a certa opção política de tornar tais questões obrigatórias nos ambientes escolares, uma vez que, sem a legislação impondo o estudo sistemático, talvez não tivéssemos vivenciado as densas discussões que foram desencadeadas ao longo de todo semestre na universidade; e as condutas identificadas, por sua vez, quiçá nem seriam iluminadas e eliminadas do repertório das/os futuras/os professoras/es da educação básica e infantil – alguns, inclusive, já militantes em escolas da rede particular.

Não obstante, o melhor ainda estava por vir... Uma das táticas de ensino é o uso

de filmes; não pretendo enveredar por essa seara, exceto confessar que faço pouco uso de recursos audiovisuais em minhas aulas, por inúmeras razões, sendo o déficit na disponibilidade de recursos uma das influências mais relevantes para tal decisão didática, recorrendo, portanto, à oratória e ao diálogo<sup>1</sup>. Contudo, o nome de um filme listado na ementa desta disciplina me chamou atenção: o documentário “Olhos Azuis”, que data da década de 1970.

Nesse filme, vimos a professora norte-americana Jane Elliott ensinando, de maneira contundente, como é possível lutar contra o racismo e o preconceito por intermédio da educação escolar. Claro que, antes de tudo, ela vestiu seu compromisso ético-político, sem o qual, nenhuma atividade, palavra ou atitude poderiam servir de lastro para uma sociedade mais humanizada e menos intolerante. O que fez (e ainda faz) esta professora é um exercício dinâmico, no qual ela possibilita que os participantes experimentem atos agressivos e discriminatórios tão somente porque “seus olhos são azuis”. Durante o exercício, com ajuda de pessoas de “olhos castanhos”, ela martiriza e hostiliza aqueles que têm olhos azuis, de forma a transformá-los, ainda que temporariamente, em sujeitos melancólicos, apáticos, tristes, revoltados, ansiosos, assustados, irônicos etc., tornando, inclusive, algumas pessoas incapacitadas de agir ou de responder às suas moléstias. Com

isso, Jane revela, aos participantes, o que sentem, todos os dias, as pessoas que são discriminadas, ofendidas, reprimidas, impedidas de ir e vir etc., por causa de etnias, gênero, opção religiosa, orientação sexual...

A dinâmica brasileira das relações raciais materializa, em toda a sociedade, uma lógica de segregação amparada em preconceitos e estereótipos raciais disseminados e fortalecidos pelas mais diversas instituições sociais, entre elas: a escola, a Igreja, os meios de comunicação e a família, em especial. Esse quadro vai **além da violação individual** (Cavalleiro, 2005, p. 67, grifo meu).

Jane Elliott tornou-se conhecida por uma prática polêmica: quando professora do ensino fundamental de determinada cidade estadunidense, onde militava na carreira docente, provocou a experiência dos “Olhos Azuis” nas crianças. Deu um colarinho aos meninos e às meninas de olhos claros, e disse que eram diferentes das crianças de olhos castanhos; estas, mais inteligentes. Com isso, estabeleceu-se um cenário possível para *segregação individual e coletiva* e, por consequência, ideal para disseminação de preconceito e discriminação... O que assistimos, no documentário, é que a divisa funcionou, e que tanto as crianças de olhos castanhos, quanto às de olhos claros, assumiram posturas discriminatórias e de auto rejeição, respectivamente. Ao olhar a tela, parece mágica. Contudo, ao pensar que o vídeo espelha a sociedade, é possível – e necessário – sair do estado passivo de espectador, e encarar a realidade: não foi mágica que fez a professora Jane; ela apenas reproduziu, no *espaçotempo* que tinha para agir politicamente, como

---

<sup>1</sup> Ao leitor interessado, há críticas e indicações epistemológicas ao trabalho com as chamadas Tecnologias de Informação e Comunicação em Educação nos artigos “DataShow e PowerPoint” (Fortunato, 2011) e “Comunicar para Educar” (Fortunato e Torquato, 2010).

a sociedade opera nas questões raciais e discriminatórias. Na sociedade, pessoas discriminam pessoas, que se auto rejeitam – ou sofrem de ansiedade e pânico, sentem-se mal, ficam magoadas, revoltadas, infelizes etc. etc. –, nessa dinâmica estúpida de se acreditar que existe uma raça melhor, um gênero mais forte, uma orientação sexual correta, uma única religião, uma cultura melhor...

Sem levar a cabo uma resenha do documentário, desejo compartilhar trechos que marcaram a mim, enquanto cidadão, enquanto educador... Como a cena em que Jane está diante um auditório lotado e profere, por duas vezes, em alto e bom tom: se alguma das pessoas presentes, de pele *branca*, gostaria de ser tratada como se fosse de pele negra, deveria, por gentileza, se levantar. Como ninguém se levantou, a professora, decisivamente, afirmou: isso demonstra que todo mundo sabe exatamente o que está acontecendo em nossa sociedade preconceituosa e discriminatória; que as pessoas sabem que não querem *isso* para si e, no entanto, permitem que aconteçam com outros... Palavras viscerais, que desnudam a passividade com que aceitamos o racismo, a discriminação e o preconceito...

Nessa “realidade construída”, os atores e atrizes são desenhados seletivamente, de tal forma que as minorias e grupos sociais sem poder acabam sempre levando a pior parte. As tentativas de silenciar “o diferente” e minoritário, ou mesmo optar por convertê-lo em algo disparatado podem ser facilmente constatadas. Mas nos casos em que essas realidades não podem ser escondidas, a opção mais usual é reelaborá-las, “reinterpretá-

las” para apresentá-los como culpáveis pelos seus próprios problemas e até daqueles que ocasionam a outros grupos sociais majoritários e/ou com maior poder [...] Numa palavra, recorre-se a estratégias de “**naturalização**” das situações de injustiça, o que na atualidade é favorecido pela hegemonia das ideologias do individualismo e que, obviamente, afeta também a maneira de realizar muitas das análises sobre o que acontece no sistema escolar (Santomé, 1997, p. 12, grifo meu).

No documentário completo, na versão de 1996 (ver nas referências ao final do texto), assistimos a um *workshop* conduzido com adultos, entrevistas com a própria professora e os seus estudantes do ensino fundamental quando crescidos, além de cenas da experiência original, com as crianças. E é muito forte quando ela apresenta as críticas que sofreu de seus pares, colegas professores, que a acusaram de maltratar as crianças, transformando-as, por um dia, em pessoas inferiores, com direitos reduzidos, como o de brincar no parquinho. Como se fosse uma criminosa por permitir que as crianças – seres humanos aprendendo cidadania na escola – vivenciassem o sentido *natural* de serem silenciadas e molestadas, por uma questão arbitrária e sem sentido, tal como a cor de seus olhos, e/ou o tom de pele, e/ou o local de nascimento etc. etc... Mas eis a sua réplica: acham cruel que as crianças tenham passado por isso por um dia, sabendo que se tratava apenas de um exercício; no entanto, ninguém se indigna com o fato de que milhares de crianças (e adultos) convivam, todos os dias, com atos discriminatórios, somados à incerteza de que cessarão em algum momento,

como cessam, na dinâmica dos “Olhos Azuis”...

Para mim, o momento mais acentuado de todo documentário, que me fez refletir sobre o que fazemos, como e porque fazemos em termos de desigualdade e discriminação, e que me levou a escrever este texto para dividir com educandos e educadores suas ideias, surge na cena final do *workshop*, quando um dos participantes – pertencente ao hostilizado grupo dos “olhos azuis” –, fala sobre seu sentimento de incapacidade, afirmando ser impossível uma única pessoa fazer a diferença em prol de uma sociedade mais igualitária, menos discriminatória...

Eis que Jane pergunta: eu fiz alguma diferença na sua vida? Sim, balbucia e balança positivamente a cabeça o participante que, sem tempo de reação, ouve: “e quantas pessoas você acha que eu sou?”. Desmistificando, assim, qualquer possibilidade de apelar à limitação que utilizamos no cotidiano de que, sozinhos, nada podemos fazer para transformar a sociedade. Sozinha, Jane Elliott vem, há décadas, demonstrando como é possível, em teoria e prática, enfrentar todos os preconceitos inventados pela nossa sociedade... e nos deixa um provocativo recado, contra nossa passividade, parafraseando o discurso de um ministro luterano, proferido, segundo ela, em um campo de concentração, logo no final de Segunda Guerra:

“Quando se voltaram contra os judeus, eu não era judeu, portanto não fiz nada. Quando se voltaram contra os homossexuais, eu não era homossexual, portanto não fiz nada. Quando se voltaram contra os ciganos, eu não era cigano, portanto

não fiz nada. Quando se voltaram contra mim, não havia ninguém para fazer nada” (Jane Elliott, 1996).

Assim, depois de compartilhar o trabalho de Elliott, em sala de aula com as/os estudantes de pedagogia, e dessa breve reflexão sobre as ações dessa professora, não posso tecer outro comentário que não seja o imperativo: assistam Olhos Azuis! Ressalva: assistam se desejarem uma sociedade menos desigual, mais humanizada, que respeite e de valor ao ser humano pelo próprio ser humano...

#### Referências

ABRAMOWICZ, A.; SILVERIO, V. (orgs.). **São Paulo: educando pela diferença para igualdade**. São Paulo: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, Conselho de Participação e Desenvolvimento da comunidade Negra do Estado de São Paulo, Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal de São Carlos, 2004.

CAVALLEIRO, E. dos S. Discriminação racial e pluralismo em escolas públicas da cidade de São Paulo. In: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 65-104.

ELLIOTT, J. **Olhos Azuis** (Blue Eyes: all in one). Documentário. 170 min. 1996. Mais informações no website: [www.janeelliott.com](http://www.janeelliott.com), acessado em 10 de setembro de 2013.

FORTUNATO, I. DataShow e PowerPoint: vantagens e desvantagens. **Revista do Professor (Rio Pardo)**, v. XXVII, p. 50-50, 2011.

\_\_\_\_\_; TORQUATO, I. Comunicar para educar: educomunicação e leitura na escola. **Rumores (USP)**, v. 8, 2010.

KREUTZ, L. Identidade étnica e processo escolar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 107, p. 79-96, jul.1999.

SANTOMÉ, J. T. Política educativa, multiculturalismo e práticas culturais democráticas nas salas de aula. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n. 4, p. 5-25, jan./abr., 1997.

SILVA, P. B. G. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**, Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007.

#### Referências complementares

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

PINSKY, J. (org.) **12 faces do preconceito**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2009.

*Recebido em 2013-09-23*

*Publicado em 2014-01-01*